

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT01.092

## **NARRATIVAS FÍLMICAS E EDUCAÇÃO: A FORMAÇÃO DOCENTE E A VIOLÊNCIA INFANTIL**

Keyla Cristina Teixeira dos Santos<sup>1</sup>

Suely dos Santos Silva<sup>2</sup>

### **RESUMO**

A violência contra crianças constitui violação grave aos direitos humanos, práticas violentas acarretam consequências negativas para o desenvolvimento biopsicossocial e cognitivo. Este estudo, interdisciplinar, fundamentado em autores como Vygotsky (1992), Saviani (2008), Faleiros (2008), Gatti e Mello (2009), analisam a formação docente tanto em sua base inicial quanto nas experiências da formação continuada dos docentes e busca compreender como a formação desses profissionais pode contribuir para que no exercício da profissão, quando se deparam com casos crescentes de violência física e psicológica contra crianças, estejam aptos e seguros na identificação e ação precoce. O objetivo da pesquisa é debater a escola como espaço estratégico na atuação preventiva na proteção da criança, pois nele é possível a observação contínua e processual, do comportamento infantojuvenil. A pesquisa vincula os campos da educação, psicologia e direito e utiliza abordagem qualitativa para analisar indicadores comportamentais e os limites e potencialidades da atuação docente frente a violência contra crianças. Os resultados

---

1 Mestranda do Programa de Pós graduação em Educação da Universidade Federal de Jataí (UFJ) - GO, keyla.santos@discente.ufj.edu.br;

2 Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo (USP) docente do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Jataí(UFJ) - , suely\_silva@ufj.edu.br;

mostram que os professores necessitam de formação didático-pedagógica, apoio institucional e orientações práticas. A falta dessa formação dificulta a identificação e o encaminhamento adequado de casos suspeitos de violência infantil é, ainda, cultural e precisa ser abordado. Destaca-se como resultados a necessidade de políticas públicas que contemplem formação contínua em direitos, conhecimentos psicológicos e pedagógicos. O suporte emocional e a inserção de profissionais especializados nas escolas são muito importantes. Como produto da pesquisa, propõe-se a elaboração de uma cartilha contendo instruções básicas e vídeos informativos, com orientações legais e pedagógicas, para auxiliar a escola a lidar com a violência contra a criança. Ademais, o estudo indica o uso de filmes como recurso educativo para: 1) sensibilização dos profissionais da educação 2) reflexões sobre manifestações de violência na escola e 3) os direitos da criança.

**Palavras-chave:** Violência Infantil, Formação Docente, Representação Fílmica, Educação, Direitos da Criança

## INTRODUÇÃO

A violência infantil vai muito além do sofrimento físico, ela projeta sobre a subjetividade humana danos difíceis de serem sanados. Na escola, onde a criança permanece por longos períodos, o/a professor/a se torna essencial para a identificação de sinais de violência contra as crianças. É na rotina das salas de aula que gestos, silêncios e pequenas mudanças de comportamento podem ser sinal de alerta. Mendes e Labadessa (2021) afirmam que o desenvolvimento da inteligência e da personalidade infantil ocorre nas relações estabelecidas com o outro e com o ambiente, sendo profundamente marcado pela forma como a criança é acolhida ou negligenciada, nessas experiências. A presença ou ausência do afeto deixa marcas que interferem no modo de ser, de aprender e de sentir. O/A professor/a não é somente mediador/a do conhecimento, ele vivencia histórias e se conecta aos discentes e precisa estar preparado técnica e emocionalmente para agir de forma ética e protetiva diante. Tal postura cuidadosa da fragilidade das crianças e adolescentes que, por estarem em fase de desenvolvimento e se encontrarem ainda mais vulneráveis, possam sentir-se seguras.

Refletir sobre a violência infantil é também refletir sobre as feridas da sociedade brasileira. O que chamamos de infância, em muitos territórios, ainda é sinônimo de sobrevivência. O professor, ao lidar com essa realidade, carrega nos olhos não apenas o dever de ensinar, mas o peso de testemunhar histórias que o Estado muitas vezes ignora. Essa experiência atravessa o corpo e a alma docente, exigindo não só formação técnica, mas um tipo de preparo que se constrói na escuta, na empatia e na convivência. Ao reconhecer essa dimensão humana, a educação assume um papel que ultrapassa a sala de aula e se torna um ato de resistência e cuidado diante da dor social.

Essa discussão ocorre em uma perspectiva interdisciplinar que articula Educação, Psicologia e Direito, sustentada nas contribuições de Gatti (2001), Freire (2007), Saviani (2008; 2015), e Novaes e Okumura (2021).

Estes autores compreendem a educação como prática da liberdade, fundada no diálogo e na consciência crítica o que vai de encontro com a segurança emocional e física das crianças. Ensinar, sob essa ótica, é um ato político e afetivo: ao reconhecer o outro como sujeito de direitos, o educador transforma medo em palavra, silêncio em escuta e passividade em ação. Essa pedagogia libertadora, aplicada ao enfrentamento da violência, permite que o professor se torne mediador de transformação social, alguém que rompe o ciclo de invisibilidade imposto à infância.

A invisibilidade infantil é um traço persistente na sociedade brasileira em geral e goiana em particular, especialmente por ser uma sociedade sustentada por estruturas patriarcais e naturalização da violência doméstica contra mulheres e meninas. Como lembra Saviani (2008), as práticas educativas refletem o modelo social em que estão inseridas e quando esse modelo é desigual, a escola tende a reproduzir o silenciamento das infâncias pobres e periféricas como parte da visão de mundo construída. O autor defende que a pedagogia histórico-crítica fundamenta o rompimento desse ciclo, ao convidar o educador a (re)conhecer o espaço escolar como território de emancipação desses estratos sociais que historicamente foram excluídos estando dentro da escola. Como afirma Marx em “Manuscritos Econômicos e Filosóficos”.

A emancipação econômica/social/intelectual, porém, não se constrói apenas com teorias, especialmente em uma sociedade capitalista, mas cuidando da formação de professores que sejam preparados para atuar sem alienação ideológica, especialmente as que são contrárias à ciência. A escola é para a maioria, o primeiro espaço onde a criança experimenta o coletivo, onde descobre a autoridade e a alteridade, o afeto e o pertencimento social. Quando o ambiente escolar falha em acolher e debater as experiências anteriores e atuais, a violência tende a se repetir, mas presente nos gestos e nos silêncios. É nesse cenário, portanto que a formação crítica do docente assume papel fundamental: preparar o educador para: i) pensar por si próprio, mas baseado nos saberes da profissão, isto é, na ciência da educação como defende Pimenta e Libâneo (1999)

compreender que cada criança carrega consigo uma história atravessada por marcas sociais e emocionais peculiares. A escola, nesse sentido, não é apenas o lugar onde se aprende, mas o lugar onde se pode curar feridas emocionais, ou obter o encaminhamento adequado e pontual para os profissionais seja da área da Psicologia e do Direito, entre outros. Cabe também aos profissionais conceber e desenvolver atividades pedagógicas que construam duplamente capacidade cognitiva e conhecimento cultural das crianças, havendo disponíveis inúmeras formas de fazê-lo, como é o caso do cinema e do audiovisual.

O cinema, nesse contexto, apresenta-se com capacidade pedagógica a ser trabalhada conforme as Diretrizes Educacionais para crianças de 0 a 6 anos, considerando os processos educativos previstos nas leis sobre a formação da primeira infância.. As imagens que o cinema projeta podem funcionar como espelhos. Cada cena, cada sentido capturado na cena ou no enredo, traduz fragmentos da condição humana que busca sentido. Ao ver na tela uma criança negligenciada, o/a educador/a é convidado/a a pensar nas crianças reais que encontra diariamente. É possível o diálogo entre ficção e realidade desde que os docentes tenham conhecimento para tal exercício, visto que é nele que nasce o aprendizado sensível que toca, provoca e transforma a forma de repactuar realidade e ficção. As narrativas cinematográficas têm o poder potencial de tornar cognoscível o cotidiano violento e o desnaturalizá-lo, ou seja, desvelar as tramas sociais que o cria e recria e atinge as populações mais vulneráveis como é o caso das crianças que frequentam a escola pública. A potência que pode ser gerada com as imagens fílmicas faz do cinema uma opção de formação ética, estética e artística pois auxilia o/a educador/a, a ver o invisível, a sentir o sensível e a pensar que a pessoa durante a infância, em sua complexidade ontológica só se torna humana com a intermediação de outro humano.

Ao trazer para a tela as experiências de dor, perda, sofrimento físico e/ou psíquico e, ao mesmo tempo, de resistência, as narrativas fílmicas permitem que professores e estudantes se reconheçam nos personagens,

reconstruindo sentidos sobre infância, cuidado e cidadania. Essa aproximação entre arte e educação, como defendem Freire (2007) e Gatti (2001), potencializa a aprendizagem crítica e afetiva, o tipo de aprendizado que toca, inquieta e transforma.

A pedagogia histórico-crítica, proposta por Saviani (2008), reforça que a escola ocupa posição central na formação da consciência e na democratização do saber, visto que em certa medida proporciona igualdade de acesso. O autor defende que o/a educador/a deve compreender o contexto histórico, social e cultural dos estudantes, para que o ato educativo se torne também um ato político, na medida que esteja pautado no debate em torno da cidadania. A perspectiva da atenção e cuidado é essencial na identificação de sinais de violência, pois exige leitura sensível do sofrimento e capacidade crítica para intervir sem (re)produzir desigualdades ou medo/vergonha. Em sintonia com essa premissa, Freire (2007) propõe superar a “educação bancária” e instaurar o diálogo como caminho para reconhecer nas crianças como sujeitos de experiência e de voz ativa, capazes de expressar sua dor e em seguida atribuir significados mais elaborados, sendo capazes de reivindicar atendimento e/ou direito à proteção. Dessa forma, acreditamos que o processo de autoaceitação poderá ser iniciado.

A formação docente, segundo Gatti (2001), é elemento determinante da qualidade da educação e da efetividade das práticas pedagógicas. Enfatizado pela autora que o educador deve ter acesso a programas de formação continuada que o preparem para lidar com situações complexas, como negligência e abuso. O despreparo compromete a capacidade de agir com segurança e empatia. Gatti também defende políticas públicas voltadas à valorização profissional e à criação de redes de apoio intersetoriais, articulando escolas, saúde e órgãos de proteção, como os Conselhos Tutelares.

Novaes e Okumura (2021) ampliam o debate ao analisarem os impactos do neoliberalismo sobre a educação e o trabalho docente. Para os autores, a sobrecarga, a desvalorização e o esvaziamento ético das prá-

ticas pedagógicas comprometem a função social da escola e reduzem o ensino a números e metas. Essa crítica evidencia que o enfrentamento à violência infantil também exige o cuidado institucional com o professor, já que a proteção da infância passa, necessariamente, pela proteção de quem ensina.

O cinema emerge como recurso formativo e pedagógico que amplia a percepção estética e ética dos educadores. As narrativas fílmicas, ao retratar a infância, as desigualdades e a violência, estimulam a empatia e a reflexão crítica. Filmes como *Pro Dia Nascer Feliz* convidam à problematização do papel da escola e do professor diante das realidades de exclusão e sofrimento. Saviani (2015) defende que a educação deve articular razão e sensibilidade; o cinema, ao mobilizar emoção e pensamento, cumpre essa função formativa e política.

Aproximar a arte e a cultura da formação docente, torna a prática educativa mais sensível e consciente de seu papel social na instituição escolar. O cinema não cabe mais na lógica do mero entretenimento. É consenso na literatura consultada que projetar filmes não tem a finalidade de ocupar o ócio nem o espaço vago das aulas. Obras cinematográficas escolhidas com critério apresenta-se como mais uma forma de linguagem viva que inquieta e desloca visões de mundo. Imagens mexem com o olhar, despertam afetos e (des)organizam certezas, convida à reflexão sobre o que se vivencia, e se (re)ensina e (re)aprende. Levar o cinema para a escola é além de determinação legal, é ainda (re)conhecer que educar crianças também é um ato de resistência e de cuidado, um exercício de escuta, sensibilidade e coragem diante das dores e desigualdades que por vezes marcam a infância.

## METODOLOGIA

A metodologia adotada para a análise foi a abordagem qualitativa, de caráter documental, histórico e interpretativo, sustentada na leitura de obras teóricas e produções acadêmicas do campo educacional e uti-

lizamos legislações como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990) e o Projeto de Lei n.º 5.016/2019, que propõe incluir a proteção integral de crianças e adolescentes na formação dos profissionais da educação.

A pesquisa adota a abordagem qualitativa, de caráter documental, histórico e interpretativo, por meio de artigos, legislações e filmes, voltada à compreensão do papel da formação docente e das narrativas fílmicas na identificação e no enfrentamento da violência infantil. A escolha na coleta e análise dos dados decorre do entendimento de que a Ciências Humanas e dentro dela a educação não se resume a dados e conteúdos fixos, mas se manifesta nas relações humanas, nos afetos e nas experiências que atravessam o cotidiano escolar. Compreender que a instituição escolar como um todo, ao atender a infância, exige sensibilidade, escuta e atenção aos sentidos que emergem do vivido e a interpretação multidisciplinar é a que melhor atende a tais objetivos.

Por estas questões apontadas acima, o estudo apoia-se no referencial teórico-crítico fundamentado em autores que compreendem a educação como prática social e compromisso ético, Dermeval Saviani (2008; 2015), Paulo Freire (2007), Bernadete Gatti (2001) e Novaes e Okumura (2021). Os autores contribuem para entender a educação enquanto histórica e política, cuja ação ultrapassa a transmissão de conteúdo e se estende à construção da cultura de direitos e proteção à infância.

A investigação tem base empírica a leitura e análise de artigos, produções acadêmicas juntamente com legislações voltados à proteção integral da criança e do adolescente, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei n.º 8.069/1990) e o Projeto de Lei n.º 5.016/2019 de autoria da deputada federal Benedita da Silva, que propõe incluir a proteção dos direitos de crianças e adolescentes na formação dos profissionais da educação. A seleção dessas fontes expressa o interesse em compreender como teoria, política pública e prática docente se entrelaçam quando o foco é a infância e suas vulnerabilidades. Em cada leitura, evidenciou-se

preocupação comum: o papel social do professor e a urgência de pensar a escola como espaço de escuta, acolhimento e cuidado.

A escolha da abordagem qualitativa reflete uma posição política: compreender a infância a partir da escuta registrada nos materiais analisados. Inspirada por Freire (2007), a pesquisa reconhece que “ler o mundo” precede o ler a palavra, ou seja, a interpretação do que ocorre na fase infantil necessita da mediação de adultos para que a criança entenda. Nesse sentido, cada obra, cada relato e cada filme foram analisados como expressões de experiências humanas – indícios do modo como a sociedade brasileira enxerga e trata as crianças. A metodologia, portanto, não se limita à coleta de dados, mas envolve esforço interpretativo na tessitura simbólica da violência e da educação.

Com inspiração no pensamento de Freire (2007), a metodologia assume enfoque hermenêutico-crítico, entendendo o ato de interpretar como posicionamento político. Ler o mundo antes da palavra, como ensina o autor, é reconhecer que a violência infantil se revela também nos gestos, nas ausências, nas reprimendas, na dúvida de que a criança esteja falando a verdade e nas contradições do cotidiano. Assim, o percurso metodológico não busca respostas prontas, mas caminhos possíveis para pensar o uso do cinema na escola não só como previsão legal, mas como ação e atitude pedagógica consciente, a formação docente e a posição da escola enquanto instituição formativa como territórios de sensibilidade e transformação.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apontam que a formação crítica e interdisciplinar fortalece a escola como espaço de acolhimento, escuta e desenvolvimento humano. Professores com preparo técnico, suporte institucional e consciência política demonstram maior capacidade de reconhecer sinais de sofrimento e adotar encaminhamentos adequados, em conformidade com as normas éticas e legais da profissão.

As narrativas fílmicas analisadas demonstram que a violência não se manifesta apenas na agressão física, mas também na indiferença institucional, na ausência de escuta e na normalização do sofrimento. Filmes como *Pro Dia Nascer Feliz* aproximam o público da complexidade de ser criança em uma sociedade desigual. Suas imagens atravessam a sensibilidade do espectador, despertando a consciência de que a infância é sempre um espelho da estrutura social. Ao transformar o sofrimento em narrativa, o cinema nos ensina que a denúncia pode ser também um gesto de esperança.

O percurso metodológico da pesquisa não se limita à análise de documentos e teorias. Ele envolve também uma escuta simbólica, um diálogo entre o pesquisador e as narrativas fílmicas, entre o olhar acadêmico e o olhar humano. A opção por uma metodologia qualitativa e interpretativa nasce do desejo de compreender a educação como experiência vivida para além do objeto de estudo. Assim, o processo investigativo transforma-se em travessia afetiva, onde cada leitura e cada imagem evocam reflexões sobre o papel do educador como sujeito social e agente de transformação.

A escola deve ser compreendida como espaço de acolhimento, diálogo e proteção porque educar não é transmitir conhecimentos é um ato político, social e de formação humana. Quando associada à arte e à reflexão crítica, a formação docente, torna-se caminho para reconstruir a infância como espaço de direitos, afetos e liberdade. Considerando as contribuições de Saviani (2015), Freire (2007), Gatti (2001) e Novaes e Okumura (2021), compreende-se que o professor consciente e preparado se torna um importante agente na luta contra a violência infantil e que o cinema pode ser um aliado na construção de práticas educativas sensíveis, éticas e transformadoras.

Os resultados emergem da leitura crítica das produções teóricas do Pensamento Educacional Brasileiro em diálogo com a problemática da violência infantil. A análise revela que a formação docente, quando fundamentada em perspectiva crítica e histórica, amplia a capacidade

do educador de reconhecer sinais de sofrimento e de atuar eticamente diante das vulnerabilidades que atravessam o espaço escolar.

A leitura de Dermeval Saviani permite compreender a escola como instituição mediadora entre o saber elaborado e a experiência social. Sua defesa da pedagogia histórico-crítica reafirma que o papel do professor não se restringe à transmissão de conteúdos, mas à socialização do conhecimento como forma de emancipação e justiça social. Nessa perspectiva, a identificação de sinais de violência não é uma função paralela à docência, e sim uma consequência de uma formação que integra teoria, técnica e compromisso político. O olhar atento do professor é resultado de uma educação que ensina a ler o mundo, e não a mera decodificação das palavras.

De modo complementar, Paulo Freire reforça a dimensão dialógica e libertadora da educação, na qual o conhecimento nasce do encontro entre sujeitos que interpretam o mundo em comum. A violência infantil, ao silenciar a expressão da criança, interrompe esse diálogo essencial. A formação docente deve, portanto, preparar o educador para restaurar essa escuta, ouvir o que a criança não consegue dizer e compreender o gesto como linguagem. O diálogo, nessa leitura freiriana, é também um ato político: significa romper o silêncio imposto pelo medo e instaurar uma prática pedagógica de cuidado e acolhimento.

Bernadete Gatti oferece uma contribuição decisiva ao apontar que a qualidade da educação está diretamente relacionada à formação e às condições de trabalho docente.

A autora sustenta que professores bem preparados e valorizados têm maior capacidade de agir com segurança diante de situações complexas, como casos de violência infantil. O estudo evidencia, ainda, a importância das políticas públicas de formação continuada como instrumentos de fortalecimento das práticas escolares e de construção de uma cultura institucional de proteção.

Em diálogo com Novaes e Okumura (2021), é possível perceber como a precarização do trabalho docente, intensificada pela lógica neoliberal,

impacta diretamente o trabalho na/da escola e o enfrentamento da violência infantil.

Educadores sobrecarregados e sem apoio emocional acabam limitados em sua atuação preventiva. Os autores associam a mercantilização do ensino ao esvaziamento do sentido social da escola, o que afeta a função protetiva que ela deveria exercer. Assim, pensar a formação docente como política pública é também resistir à redução da educação a índices e métricas, reafirmando seu papel humanizador.

O material analisado confirma que a formação técnica sem consciência crítica é insuficiente. A sensibilidade para identificar sinais de violência nasce do reconhecimento da criança como sujeito de direitos e da escola como espaço de escuta e vínculo. O educador precisa ser preparado para lidar com aspectos emocionais e éticos do cuidado, para além do conteúdo pedagógico. Nessa linha, a pesquisa demonstra que programas interdisciplinares que integram educação, psicologia e direito ampliam a efetividade das ações preventivas e fortalecem a rede de proteção escolar.

A leitura crítica dos textos evidencia que a violência infantil é também uma questão pedagógica. Não se trata apenas de identificar agressões físicas, mas de compreender as violências simbólicas e estruturais que atravessam a infância, como negligência, humilhação e exclusão social. Nesse sentido, a pedagogia histórico-crítica e a educação libertadora convergem: ambas defendem que a escola deve atuar contra qualquer forma de opressão e promover uma cultura de solidariedade e emancipação.

A análise das narrativas fílmicas reforça a ideia de que as imagens não são somente ilustrações, elas enunciam. A articulação entre o pensamento educacional e as práticas escolares evidencia que a violência infantil não é apenas um problema familiar, mas um reflexo das desigualdades estruturais que moldam o país. O professor, inserido nesse cenário, vive o dilema entre ensinar e proteger, entre seguir o currículo e escutar a dor. Essa tensão é também pedagógica, pois revela a fragilidade do sistema educacional diante das questões humanas. Por isso, compreender o cinema como instrumento pedagógico é compreender que ensinar é,

em certa medida, um ato de interpretar o mundo é um gesto de tradução entre o vivido e o possível.

**Figura 1 e 2** – Violência letal e Violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil (2021–2023)



Fonte: Agência Brasil, UNICEF e FNSP (2024)

Os dados mais recentes da Agência Brasil, divulgados em 2024 com apoio do UNICEF e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, escancararam uma dor que o país insiste em esconder. **Entre 2021 e 2023, 15.101 crianças e adolescentes foram mortos.** A maioria era jovem, negra, do sexo masculino. Os números falam por si, mas também por quem não pode mais falar. **Mais de 90% tinham entre 15 e 19 anos**, e quase uma em cada cinco mortes aconteceu durante ações policiais. A estatística revela o que o olhar social ainda tenta evitar: a cor e o endereço continuam definindo quem tem direito à vida.

No mesmo período, o país registrou **164.199 casos de estupro contra pessoas de até 19 anos**. A maioria das vítimas era menina, muitas ainda na infância, e a maioria conhecia o agressor. Esses números não são apenas estatísticas; são histórias interrompidas, silêncios que ecoam dentro das escolas. Quando o educador se depara com esses dados, ele entende que sua prática vai muito além do conteúdo é sobre cuidado, sobre escuta, sobre estar atento aos sinais que o corpo e o olhar da criança revelam antes da palavra. Falar em formação docente é também falar sobre coragem: a de não desviar o olhar diante da violência que insiste em atravessar a infância.

Já o documentário “Pro Dia Nascer Feliz” revela as fissuras de um sistema que reproduz desigualdades com destaque para a evasão escolar, um claro desdobramento da violência doméstica contra mulheres e crianças. Essas obras permitem que o educador repense sua prática, percebendo a escola não como extensão do controle estatal, mas como espaço de libertação. A pedagogia fílmica, ao unir emoção e crítica, convida à reflexão sobre os modos de ver e sentir a infância.

O cartaz do filme **Pro Dia Nascer Feliz** (2005) traduz visualmente o caos e a beleza da juventude. Fragmentos de rostos, sorrisos e olhares se justapõem como pedaços de uma identidade ainda em construção. A frase em destaque, “um filme sobre meninos e meninas que vivem a pressa de saber quem são”, sintetiza a urgência existencial de uma geração que tenta se encontrar em meio às expectativas e desigualdades que atravessam o cotidiano escolar. As setas vermelhas que apontam expressões e gestos parecem indicar não apenas rostos, mas emoções em movimento, corpos em busca de sentido. O cartaz, ao recortar a imagem humana em partes, sugere também a fragmentação simbólica produzida por uma sociedade que exige resultados, mas pouco acolhe as fragilidades. No contexto educativo, ele dialoga com a pesquisa ao revelar que a escola é espaço de descobertas e contradições, onde professores precisam aprender a olhar aquele estudante que se esconde nos silêncios, nos medos e nos gestos. O cinema, ao traduzir essas tensões em imagem e

som, torna-se uma forma sensível de leitura do mundo e de reconstrução do olhar docente.

Figura 3 e 4: Cartaz do filme Pro Dia Nascer Feliz



Fonte: Dica de filmes

Por fim, os resultados apontam que a formação docente comprometida com a ética, o diálogo e a reflexão social não se resume a capacitações técnicas. É uma prática contínua de leitura crítica da realidade e de engajamento político com a defesa da infância. A identificação de sinais de violência infantil exige conhecimento e uma atitude pedagógica que reconhece a escola como lugar de vida — onde ensinar e proteger são gestos inseparáveis.

Ao dialogar com os escritos de Saviani (2015) e Moraes e Silva (2020), percebe-se que a formação docente precisa ir além da técnica: ela deve formar o olhar. A sensibilidade não nasce do acaso, mas de um exercício

ético de atenção. Quando professores reconhecem a sala de aula como espaço de escuta, rompem com a lógica do controle e se aproximam da experiência humana. O cinema, nesse ponto, atua como mediador simbólico, reconfigurando o cotidiano em linguagem poética, capaz de provocar empatia e reflexão.

Nessa direção, as reflexões de Moraes e Silva (2020) aprofundam o debate sobre o papel do cinema na formação crítica dos educadores e na ampliação do capital cultural dos estudantes. Ao analisar o curta *Vida Maria*, a autora evidencia como o cinema pode revelar as marcas da desigualdade social e das heranças culturais que atravessam o percurso escolar das crianças brasileiras. Inspirada em Bourdieu e Mészáros, Silva demonstra que o uso de narrativas fílmicas no espaço escolar permite compreender as estruturas que naturalizam a exclusão e o silenciamento, transformando o ato de assistir a um filme em exercício de leitura do mundo. Essa perspectiva contribui para pensar o cinema como prática pedagógica capaz de mobilizar afetos, despertar consciência e promover o reconhecimento da infância como sujeito de direitos e de voz.

O diálogo com os textos de Saviani, Gatti, Freire e Novaes evidencia que pensar a formação docente requer revisitar as bases do pensamento educacional brasileiro. O Manifesto dos Pioneiros (1932), ao propor uma escola pública, laica e democrática, já apontava a urgência de um projeto de sociedade centrado no ser humano. Recuperar essas raízes é reafirmar que o combate à violência infantil começa pela garantia do direito à educação de qualidade e pelo reconhecimento da infância como categoria política.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas na pesquisa reafirmam que a formação docente crítica é condição essencial para transformar a escola em território de proteção e resistência. A leitura dos textos do Pensamento Educacional Brasileiro e das produções sobre violência infantil revelam

que a docência, quando compreendida como prática política, é capaz de atuar para romper com o silêncio que cerca o sofrimento das crianças que são vítimas de violência. A sensibilidade necessária para perceber casos de violência com as crianças requer qualificação e treinamento e, também, compromisso ético e histórico com a vida das vítimas. Saviani (2008; 2015) defende que a função social da escola está na ‘socialização do conhecimento e na emancipação humana’, posição com a qual coadunamos integralmente. Essa concepção desloca ao/ professor/a da posição de transmissor do conhecimento já produzido para o papel de ‘mediador’ entre o sujeito do conhecimento – o estudante – e os conteúdos propriamente ditos, bem como consciente das contradições inerentes à sociedade capitalista, que permeiam o cotidiano escolar. Tais premissas encontram amparo na teoria de Karl Marx e de Levi Vygotsky. Portanto, ao reconhecer que as dificuldades sociais/emocionais/escolares das crianças vítimas de violência não são falhas individuais, mas expressões de desigualdades estruturais que elas vivenciaram e/ou vivenciam, ao considerar tais situações o/a educador/a amplia seu as possibilidades formativas e educativas e torna-se agente ativo no enfrentamento das violências.

Freire (2007) acrescenta a dimensão dialógica da prática educativa. O diálogo, em sua pedagogia, não é um método, mas uma forma de existir e, especialmente, de ver o outro. É por meio dele que o educador escuta o não-dito e reconhece a dor como linguagem. A violência infantil, nesse sentido, não deve ser tratada como tema periférico, e sim como questão central na perspectiva da educação libertadora que busca, entre outras coisas, restaurar a palavra e a dignidade da criança para viver a infância.

Bernadete Gatti (2001) reforça que a qualidade da educação depende diretamente da valorização e do preparo dos docentes. A formação continuada – que complementa a formação inicial – não pode ser vista como complemento, mas como direito profissional e necessidade social e dever do Estado proporcionar o acesso. Em contextos de vulnerabilidade, o/a professor/a precisa de amparo institucional, suporte emocional e orien-

tação didático-pedagógica para agir com segurança, conhecimento e humanidade.

Novaes e Okumura (2021) chamam atenção para os limites impostos pela precarização do trabalho docente e pela mercantilização da educação, sendo estes dois fatores dificultadores para as condições de inclusão social das vítimas de violência e da solução dos fatores geradores dela. A lógica de metas e resultados quantitativos tem esvaziado o sentido ético do ensino, afastando as novas gerações da carreira docente, o que compromete a capacidade da escola de: atrair, incluir, proteger e formar cidadãos críticos, possibilitando a conclusão das etapas de educação formal. A resistência ao processo de empobrecimento do sistema de ensino – entendida como falta de recursos materiais e humanos – começa na consciência coletiva dos educadores e na defesa da escola pública como espaço de diálogo, acolhimento e construção de sentidos éticos.

As discussões aqui apresentadas até aqui indicam que a identificação da violência infantil exige um conjunto de condições, formação tanto inicial quanto contínua e interdisciplinar precedida de compromisso político. A solução da dor infantil não se resume à denúncia, mas implica (trans) formar a estrutura da escola e o modo de conceber o ato educativo como processo. Nesse sentido, o cinema brasileiro, nesse contexto, pode ser aliado formativo potente: suas narrativas ampliam a percepção estética e ética do/a educador/a, visto que como afirma Silva (2012, 2021) a utilização adequada permite que os docentes e os estudantes (re)conheça, nas imagens fílmicas, representação da realidade brasileira, goiana, que em muitos casos é também a apresentação – ver pela primeira vez um lugar, uma situação, uma cena violenta – e a atitude se forma nesse movimento de fragmentos ficção e do real quando juntos atravessam e conectam a compreensão da sua própria vida.

Em síntese, a formação docente deve unir teoria, sensibilidade e engajamento social o que torna o ato de educar inseparável do ato de cuidar. A escola precisa reafirmar-se como espaço de vida, onde o conhe-

cimento é também um gesto de proteção e a pedagogia se converte em ato pedagógico .

A travessia possível pelas leituras dos temas educação e arte, ética e política, direito e psicologia revela que proteger a infância é também reinventar o ato de estar com o outro que quer aprender . As práticas docentes que se abrem ao cinema, à escuta e à interdisciplinaridade constroem caminhos possíveis para uma escola mais humana. O enfrentamento da violência contra crianças, portanto, não é tarefa isolada, é compromisso coletivo, emerge do tecido social no cotidiano, se manifesta no espaço da escola, pode ampliar-se a depender das palavras e dos gestos que nunca acolhem ou diminuir e até desaparecer em ambientes que educam. Toda imagem, quando olhada com atenção, ensina algo sobre quem somos.

Por tudo que argumentamos , é urgente que a formação docente inclua a arte e as diferentes formas de linguagem, incluindo a Literatura e a cinematográfica como novas dimensões pedagógicas . O cinema, a literatura e a música podem fornecer estratégias de escuta, para o afeto e para a reconstrução das relações na escola. O enfrentamento da violência contra crianças não se faz apenas com protocolos e legislações, mas com sensibilidade e compromisso. O docente deve agir com a criança para além dos relatórios e das notas é agente de transformação silenciosa que com gestos simples, impede que o medo sentido nos momentos de violência não se torne destino. Educar é, em última instância, garantir à infância o direito que cada criança tem de ser ouvida.

O cinema, ao revelar o invisível, ajuda o que muitas vezes passa despercebido nos momentos furtivos da vida escolar. Nesse sentido, as narrativas fílmicas não são apenas recursos didáticos, mas instrumentos de reconstrução do sentido humano de educar. O objetivo é reconhecer sinais de sofrimento, que aprende a acolher sem invadir e a proteger sem calar. A escola, quando se permite esse encontro entre arte e sensibilidade, deixa de ser mero espaço de conteúdos para tornar-se lugar de humanidade compartilhada.

O objetivo da pesquisa é debater a escola como espaço estratégico na atuação preventiva na proteção da criança, pois nele é possível a observação contínua e processual, do comportamento infantojuvenil e a linguagem silenciosa que se manifesta nas várias atividades escolares e com os diferentes profissionais da educação.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Violência matou mais de 15 mil jovens no Brasil nos últimos 3 anos.** Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, 13 ago. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-08/violencia-matou-mais-de-15-mil-jovens-no-brasil-nos-ultimos-3-anos>. Acesso em: 22 out. 2025.

AGÊNCIA BRASIL. **País registra 164 mil estupros de crianças e adolescentes em 3 anos.** Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, 13 ago. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-08/pais-registra-164-mil-estupros-de-criancas-e-adolescentes-em-3-anos>. Acesso em: 22 out. 2025.

ARAÚJO, Paulo. **Dicas de Filmes – Filmes para serem trabalhados com alunos em sala de aula.** Pedagogia da Cultura. Disponível em: <https://pedagogiadacultura.webnode.com.br/dicas-de-filmes-/>. Acesso em: 21 out. 2025.

BRASIL. **Capacitação de professores para identificar maus-tratos vai a Plenário.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br>. Acesso em: 23 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br>. Acesso em: 23 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br>. Acesso em: 23 jan. 2025.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes.** Brasília: Unicef, 2008.

FREIRE, Paulo Reglus Neves. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **O papel dos educadores na prevenção e identificação precoce do abuso infantil**. Disponível em: <https://quebrandoosilencio.org>. Acesso em: 23 jan. 2025.

GATTI, Bernadete Angelina; NUNES, Maria Margarida Rocha (org.). **Formação de professores para o ensino fundamental: estudo de currículos das licenciaturas em Pedagogia, Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Biológicas**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2009.

GATTI, Bernadete Angelina. **Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo**. Cadernos de Pesquisa, n. 113, p. 65-81, 2001.

LABADESSA, Valéria Maria; MENDES, Ana Cláudia Batista. **Os sentimentos e a formação da personalidade infantil: elementos para a organização da prática pedagógica**. In: CORRÊA, Heloisa Wiese Corrêa (org.). Parte II – As crianças pequenas. São Paulo: Editora UNESP, 2021. p. 123-145. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/76skz/pdf/correa-9786586546958-09.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2025.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MELLO, Anna Christina da Motta Pacheco Cardoso de. **O brincar de crianças vítimas de violência física doméstica**. 1999. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). **Impacto da violência na saúde das crianças e adolescentes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br>. Acesso em: 23 jan. 2025.

MORAES, Maria José Ferreira de; SILVA, Suely dos Santos. **A exclusão escolar e o capital cultural**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 6, n. 10, p. 75473-75483, out. 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n10-347. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n10-347>. Acesso em: 21 out. 2025.

NOVAES, Henrique Tahan; OKUMURA, Julio Hideyshi. **Introdução à política educacional em tempos de barbárie**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021.

REICHENHEIM, Michael Eduardo; HASSELMANN, Maria Helena; MORAES, Cláudia Leite. **Consequências da violência familiar na saúde da criança e do adolescente**. Cadernos de Saúde Pública, v. 15, n. 1, p. 19-29, 1999.

RIBEIRO, Mariana. **Quais são os impactos da violência física na infância?** Uol Portal Drauzio. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br>. Acesso em: 23 jan. 2025.

SILVA, Suely dos Santos. O filme como fonte de análise social. **XVI Encontro da Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual (SOCINE)**. 2012, São Paulo. Anais Digitais. São Paulo: SOCINE, 2013. p. 712-722.

SANTOS, Maria Luíza dos; SILVA, Renata Alves da. **Os impactos da violência no desenvolvimento infantil**. Recima21, v. 4, n. 4, 2023. Disponível em: <https://recima21.com.br>. Acesso em: 23 jan. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **As concepções pedagógicas na história da educação brasileira**. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br>. Acesso em: 23 jan. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 32. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

PIMENTA, Selma Garrido; LIBÂNEO, José Carlos. **Formação de professores: identidade e saberes da docência**. São Paulo: Cortez, 1999.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.